

## Atos no TRE nesta quinta, dia 2

*Manifestações nesta quinta-feira (2), que defendem a inclusão do PCS no Orçamento e aprovação do PL 6613, organizam a retomada da greve*

**N**a quinta-feira, 2 de agosto, haverá novas manifestações no TRE de São Paulo. Pela manhã, o ato será em frente ao prédio do tribunal na rua Dr. Falcão, a partir das 11h. À tarde, os trabalhadores da sede do TRE (na rua Francisca Miquelina) fazem assembleia setorial, a partir das 14h.

As atividades fazem parte da preparação da retomada da greve, marcada para 8 de agosto. A realização desses atos foi definida na assembleia do dia 26, em frente à sede do TRE, na Miquelina.

Nela se debateu a ampliação da organização e da participação da categoria para que no dia 8 de agosto a campanha pelo PCS seja retomada com força – o que a aproxima da luta geral do funcionalismo.

Em Brasília, a greve está marcada para começar nesta quarta (1º) e em Mato Grosso, no dia 8. Recomeçá-la com força em São Paulo pode ajudar a estender este movimento nacionalmente, em consonância com a resolução da reunião de sindicatos e federação (Fenajufe) do dia 28 de julho.

### Fundo de greve

Na assembleia, os servidores foram chamados a contribuir com o fundo de greve, que é uma das maneiras da categoria lutar contra o corte de ponto.

A presidência do TRE está recorrendo à portaria 169, que reza sobre ausências ordinárias de servidores, contra a mobilização do dia 30 de maio, o que é arbitrário. O Sintrajud ingressou com requerimento administrativo contra isso, o que coloca a questão ‘sub judice’ – situação na qual ela não deveria ser adotada até uma decisão final.

A greve do funcionalismo também enfrenta ameaças do governo Dilma. Nem por isso, porém, apresenta sinais de recuo: ganhou peso e a adesão de novos setores – caso das agências reguladoras. Os servidores da Receita Federal, que fazem ‘operação padrão’, podem parar dia 8 de agosto. Já são mais de 25 categorias em greve.

11h

ATO PÚBLICO  
Rua Dr. Falcão

14h

ASSEMBLEIA/ATO  
Rua Francisca Miquelina

Foto Joca



Manifestação no TRE, em junho: preparar a retomada da greve

### Retomada da greve ocorre em momento decisivo para Orçamento

Todos os trabalhadores do Judiciário Federal estão convocados a participar dos atos e a ajudar a construir a retomada da greve. Mas, é lógico, ninguém será obrigado a fazer isso.

A greve é uma decisão coletiva, cuja construção depende da participação e do convencimento de cada um. Ocorre que quem abrir mão de participar neste momento estará, queira ou não, dando um cheque em branco ao governo, ao Supremo e ao Congresso para que decidam se haverá recursos e em que dimensões para o nosso projeto salarial (PL 6613/2009). Para que definam o nosso futuro.

A decisão do governo de suspender as negociações com o funcionalismo, prometendo retomá-la

a 15 dias do prazo para o envio da proposta orçamentária ao Congresso, faz com que o recomeço da greve no Judiciário se dê num período decisivo nas possíveis negociações.

O Planalto sente a pressão dos movimentos paredistas, mas segue priorizando despejar recursos públicos nos setores empresariais através de isenções fiscais. O ministro Ayres Britto promete incluir o PCS na proposta orçamentária, mas não se sabe o que fará para evitar que Dilma atropela a autonomia e o exclua mais uma vez.

A única certeza é de que nada está definido, o ‘jogo’ ainda está sendo jogado. Participar da greve é assumir a construção do desfecho desta história e do nosso futuro profissional para os próximos anos.

# Governo não cumpre compromisso e adia por 15 dias promessa de ‘respostas’

*Planejamento diz que fará ‘reuniões internas’ para preparar propostas; servidores, em greve ou mobilização, fazem protestos e preparam nova marcha a Brasília*

Foto Valcir Araujo

O governo não cumpriu o compromisso assumido na mesa geral de negociações de apresentar respostas concretas às reivindicações do conjunto do funcionalismo federal até o final de julho.

Ofício assinado pelo secretário de Relações do Trabalho do Planejamento, Sérgio Mendonça, suspende as reuniões agendadas e diz que elas serão remarçadas para de 13 a 17 de agosto.

O adiamento foi comunicado às entidades representativas do funcionalismo na véspera do Dia Nacional de Luta da categoria. A jornada de mobilizações aconteceu com atos e passeatas, na terça-feira (31), nas capitais e outras cidades.

As bandeiras centrais dos protestos foram a defesa do serviço público de qualidade e negociações efetivas com o conjunto dos servidores. Até o momento, o governo só apresentou contrapropostas aos docentes das instituições federais de ensino – e elas foram rejeitadas pelos professores.

No ofício de sete linhas do Planejamento, Sérgio Mendonça informa que nas próximas semanas a secretaria “realizará reuniões internas com vistas a construir soluções para o processo negocial em curso”.

Num processo de negociação que se desenrola desde abril deste ano, o adiamento afunila o prazo que separa essa possível apresentação de respostas da data limite para o governo enviar ao Congresso Nacional a proposta de Orçamento para 2013 – que



Judiciário de SP na marcha do funcionalismo a Brasília, dia 18 de julho

## Britto diz que enviará orçamento com PCS, mas não o que fará para aprová-lo

O presidente do STF, Ayres Britto, disse que na proposta orçamentária que enviará ao Planejamento até 15 de agosto constará a previsão de recursos para os projetos salariais do Judiciário. O ministro, no entanto, não teria dito o que pretende fazer para evitar que esse item seja mais uma vez excluído sumariamente pela presidenta Dilma Rousseff antes de chegar ao Congresso.

A afirmação de Britto foi feita, segundo a federação nacional, na audiência concedida a dirigentes da CUT na segunda-feira (30), da qual

também participou representante da Fenajufe. O presidente do STF recebeu a central, que apóia o governo mas participa da greve conjunta do funcionalismo, antes de atender o pedido da federação de nova audiência, a primeira após a última reunião do ministro com Dilma.

Devido a proximidade do julgamento do ‘mensalão’ e do apoio que a CUT vem dando a réus desse processo, alguns jornalistas questionaram os sindicalistas se o encontro teria alguma relação com isso, o que eles negaram.

se encerra dia 31 de agosto.

A tendência é que os mais de 25 setores do funcionalismo em greve mantenham a paralisação e intensifiquem manifestações que deem visi-

bilidade ao movimento – uma nova marcha a Brasília já está prevista para a segunda semana de agosto e terá a participação dos servidores do Judiciário Federal e do MPU